

ARIÈS, Philippe, *L'Enfant et la vie familiale sous l'ancien Régime*, Editions du Seuil, collection "Points-Histoire", 1973, 320 pp.

Maria do Rosário Rolfsen Salles

### INTRODUÇÃO

Parece legítimo afirmar com Ariès que o desenvolvimento do sentimento de família do século XV ao século XVIII é a manifestação do processo de passagem de um tipo de sociabilidade a outro. Nesse processo em que se esboça a criação de um espaço privado, "tudo se passa como se a família viesse substituir a fraqueza das velhas relações sociais para permitir ao homem, escapar de uma insustentável solidão moral", o novo sentimento de família e a velha sociabilidade medieval sendo incompatíveis na nova ordem social emergente.

É possível também afirmar que existe uma relação direta entre o sentimento de família e o sentimento de classe. A partir do século XVIII as famílias burguesas não aceitam mais a promiscuidade ditada pela proximidade e indiferenciação da velha sociabilidade — "Tudo se passa como se um corpo social polimorfo se desfizesse e fosse substituído por uma gama de pequenas sociedades — as famílias — e por alguns agrupamentos maciços — as classes", e que, "chegou um momento em que a burguesia não suportou mais a pressão da multidão nem o contacto do povo... ela se retirou da vasta sociedade polimorfa para se organizar à parte, num meio homogêneo, em famílias fechadas, nas moradias previstas para a intimidade, nos bairros novos, resguardados de toda contaminação popular".

Ariès procede a uma evolução histórica através de uma iconografia da família, opondo basicamente as representações que a sociedade medieval fazia de si mesma através da arte e dos documentos escritos e as novas atitudes, relações e sentimentos que se desenvolvem com relação à família e à organização da instituição familiar a partir do século XV.

Assim, para que se chegue a compreender a figura da família centrada na infância a partir do século XVIII, é preciso que se acompanhe primeiro o aparecimento e evolução do sentimento de infância e depois a evolução do que ele chama sentimento de família.

Mas, Ariès se questiona inicialmente sobre a validade de se falar sobre uma história da família. Evidentemente, a revolução demográfica do século XVIII ao século XX provocou transformações palpáveis quantitativa e qualitativamente.

te na organização da família. Entretanto não é essa realidade da família que ele vai colocar em causa mas a história dos sentimentos que essas novas relações engendram.

À idéia corrente de que a família sempre constituiu o antigo fundamento de nossa sociedade, deslocado e enfraquecido pelo progresso do individualismo liberal após o século XVIII, Ariès opõe a idéia contrária de que o sentimento de família teve um nascimento e fortalecimento relativamente recentes.

À decadência da família pela freqüência dos divorcios, pelo enfraquecimento da autoridade marital e paterna, etc., ele opõe a idéia do seu fortalecimento a partir do século XVIII pelo desenvolvimento de uma densa rede de relações morais que confere à família o seu peso enquanto instituição social.

Na verdade, ele procede a uma história da família enquanto instituição social e a uma história das mentalidades, na medida em que capta o sentido das representações que a sociedade faz sobre si mesma, a cada momento da sua evolução.

A meu ver as principais contribuições de Ariès para a compreensão atual da rede de relações engendradas pela família são: a construção da história da família burguesa; a referência, ainda que não sistemática, ao fato de que ao processo de formação da família burguesa não correspondeu, ao mesmo tempo, a formação da família nas classes populares (embora esse processo tenha se desenvolvido posteriormente). Evidentemente, esse descompasso nos sugere inúmeras reflexões sobre o processo de formação do sentimento de família nas classes populares e o seu significado para essas camadas na nova configuração social<sup>1</sup>.

A “evolução da família moderna, ficou durante muito tempo limitada aos nobres, aos burgueses, aos artesãos ricos, aos agricultores. Ainda no começo do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e a mais numerosa, vivia como as famílias medievais; as crianças não ficavam com seus pais, o sentimento da casa, do estar em casa, do lar, não existia para eles. O sentimento da casa é uma outra face do sentimento de família”. Mas, “o retardamento da idade ao casar, a precariedade do trabalho, as dificuldades de alojamento, a mobilidade das associações de companheiros, a persistência das tradições de aprendizagem, tantos obstáculos ao modo ideal da vida familiar burguesa, foram algumas das razões pelas quais a vida familiar se estendeu lentamente à toda a sociedade, a ponto de mais tarde, nos esquecermos da sua origem aristocrática e burguesa”.

Finalmente, da riqueza que caracteriza a pesquisa iconográfica empreendida por Ariès, há que se destacar a importância que ele confere às implicações propriamente sociais na organização da vida familiar. A meu ver, isso constitui importante contribuição às análises psicologizantes da vida familiar em que se retira praticamente o indivíduo da rede de relações sociais para colocá-lo vivenciando um modelo rígido de tramas familiares<sup>2</sup>.

1 - A respeito da organização da família nas camadas populares, ver, por exemplo, Luc Boltansky, *Primé éducation et morale de classe*, PLON, 1969.

2 - A esse respeito ver, por exemplo crítica empreendida por J. Deleuze e F. Guatari, em *O Anti Edipo*, Capitalismo e Esquizofrenia, Imago Editora Ltda., R.J., 1976, especialmente o capítulo 2 - “Psicanálise e Familialismo: a Santa Família”.

O trabalho de Ariès pode ser dividido em alguns grandes temas, quais sejam: *As etapas da vida e a descoberta da infância, As imagens da família e Família e Sociabilidade*, embora esses não sejam os nomes com os quais aparecem na divisão e subdivisão dos capítulos. São entretanto, as grandes linhas a partir das quais se pode tentar apreender a contribuição de Ariès para o tema da família.

## I. AS ETAPAS DA VIDA E A DESCOBERTA DA INFÂNCIA

A descrição feita por Ariès, do aparecimento e da confluência de uma espécie de obsessão de precisar cronologicamente as etapas da vida e os acontecimentos marcantes e emocionantes da vida familiar e o desenvolvimento do sentimento familiar, pode ser encarada como a descrição mesma do processo de descoberta da infância e de especialização de funções sociais correspondentes às funções biológicas. Nesse processo se determinam a segregação da criança, a "necessidade" da escola como mediação entre a família e a sociedade, a valorização da educação e o desenvolvimento de um novo tipo de sociabilidade que nasce da separação entre o espaço privado e o espaço público.

O ponto de partida é a idéia de que na Idade Média, as sociedades tradicionais representavam mal a criança e o adolescente o que se evidencia pela indiferenciação das etapas biológicas da vida e das suas correspondentes funções sociais.

As crianças se confundiam com os adultos desde o momento em que eram consideradas aptas a viver sem o auxílio das mães ou das amas, a partir, mais ou menos dos sete anos. Desse momento em diante elas começavam a partilhar da grande comunidade dos homens, do seu trabalho, dos seus jogos, do seu cotidiano e a educação era a própria aprendizagem.

De início, a iconografia das idades revela que se desenvolveu a necessidade de dar uma história à vida familiar, datando-a. Esse objetivo aparece nas pinturas e também nos objetos e no mobiliário e se acentua nos séculos XV e XVI para se generalizar no século XVII, no hábito de gravar ou pintar datas sobre leitos, cofres, talheres, armários, etc...

A inscrição das datas significa um sentimento correspondente de dar maior consistência histórica à vida familiar.

A imprecisão do vocabulário referente às idades da vida, conforme demonstram os documentos escritos do século XIII, a sua referência aos astros, traduzia noções então científicas e que correspondiam também ao sentimento popular e comum da vida que evocavam uma espécie de ligação entre o destino do homem e dos planetas<sup>3</sup>. Essa correspondência aparece também em cenas do calendário dos séculos XV e XVI, com as etapas da vida.

3 - Por ex. *Le Grand Propriétaire de toutes choses, très utile et profitable pour tenir le corps en santé*, B. Graville, Compilação latina do século XIII traduzida para o francês por Jean Corlichon em 1556, enciclopédia de todos os conhecimentos profanos e sagrados que inclui uma física, uma anatomia humanas, um tratado de medicina e de higiene, uma astronomia e uma teologia e de onde sobressai a idéia de que não havia oposição entre os fenômenos naturais e os sobrenaturais. Uma mesma lei rigorosa regulamenta ao mesmo tempo o movimento dos planetas; o ciclo vegetativo das estações, as relações entre os elementos, o corpo do homem e suas disposições e o seu destino - assim, a astrologia permite o conhecimento dos incidentes pessoais desse determinismos universal.

As idades, as etapas da vida, do homem, correspondiam a noções politivas, comuns, repetidas e usuais que passaram do domínio da ciência ao domínio da experiência comum. As idades correspondiam aos planetas e eram em número de 7 – a infância, a pueritia; uma fase pré-adolescência; a adolescência, fase indefinida que variava dos 21 aos 35,40 anos; a juventude dos 40 aos 50 anos; a senelidade, media entre a juventude e a velhice; a velhice dos 70 anos mais ou menos, até a morte.

Mas, é sobretudo a partir do século XIV que a iconografia fixa traços essenciais que vão permanecer imutáveis até mais ou menos o século XVIII – esboça-se a separação entre a idade dos brinquedos, a idade da escola, a idade do amor e dos esportes cavaleirescos, a idade da guerra e da cavalaria e, enfim, as idades sedentárias, as do homem de lei, de ciência ou de estudos. Nesse processo as idades da vida não correspondem somente a etapas biológicas mas a *funções sociais*.

A juventude passa a significar a “força da idade”, não cabendo então, lugar para a adolescência que até o século XVIII se confunde com a infância.

Para a burguesia, a longa duração da infância assim como ela aparecia na linguagem comum, advém da indiferenciação entre os fenômenos propriamente biológicos – não se teria a idéia de limitar a infância pela puberdade. A idéia de infância estava ligada à idéia de dependência (as palavras filhos, valetes, rapazes, são também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência). Um rapaz não é necessariamente um adolescente mas pode ser um jovem servidor.

É sobretudo com toda a literatura moralista e pedagógica que exprime uma necessidade de ordem moral de separar a infância das outras idades, que se multiplicam os termos que designam a infância, a ambigüidade permanecendo para designar a criança nos seus primeiros meses e não se resolvendo senão no século XIX na França, com a palavra bebê que é um empréstimo do inglês baby.

Mas a ambigüidade permanecerá também entre a infância e a adolescência de um lado, e a juventude de outro. A idéia de adolescência apenas se advinha no século XVIII com alguns personagens literários. Ao mesmo tempo, a velhice parece se misturar com a idéia moderna de maturidade, começando muito cedo. Mais tarde esse “velho” foi substituído pela noção burguesa ainda, mas que se torna popular, do “homem de certa idade”.

Assim, parece que a “juventude” foi a idade privilegiada do século XVIII, a descoberta da infância e da adolescência se processando apenas nos séculos XIX e XX. Essas variações correspondem, a transformações na estrutura demográfica e exprimem a reação da sociedade frente à mudança na duração da vida.

Então trata-se de precisar a descoberta da infância.

Partimos de um mundo de representações onde a infância é desconhecida.

A arte medieval até o século XII desconhecia ou não tentava representar a infância, talvez porque não houvesse realmente lugar para ela nesse mundo. Parece que é como se a representação realista da criança ou a sua idealização, sua graça, fossem reservadas à arte grega onde proliferavam os pequenos Eros, para desaparecer da iconografia com os outros temas helenísticos. Assim, diz Ariès, isso nos autoriza a dizer que no domínio dos valores vividos e não apenas

no da transposição estética, a infância era de tal forma uma etapa fugaz de transição, que a lembrança não a fixava.

Assim, é altamente significativo que tenhamos percorrido um caminho de absoluta ausência da infância para a sua fixação individualizada com o aparecimento dos retratos no século XVII.

Durante os séculos XIII, XIV e XV os tipos medievais evoluirão para a representação da criança nas pinturas religiosas, a santa-infância sendo o símbolo da fecundidade, da riqueza e do progresso. Esse tema passará para a arte profana nas imagens da vida cotidiana, passando a ser representada nas lendas e contos, na tapeçaria, na escultura, mantendo-se até o século XVII.

Não é ainda a representação da criança sozinha, mas ela se torna um dos personagens freqüentes de pequenas histórias de família, de companheiros de jogos, em geral adultos ou uma multidão de crianças (a criança aprendiz do artesão de jóias, do pintor, a criança na escola, etc., a criança, enfim, entre seus protagonistas principais ou secundários).

Assim, parece que, em primeiro lugar, as crianças se encontravam misturadas aos adultos em todos os encontros de trabalho, de lazer etc. e que em segundo lugar, se fixava a criança pela sua graça ou pelo seu pitoresco.

É o século XV que vai fixar a infância na sua individualidade, mas sobretudo para representar a sua fugacidade — a indiferença que, entretanto permanece, é conseqüência inevitável da alta mortalidade infantil. Essa “insensibilidade” com relação à infância então, não é senão uma conseqüência das condições demográficas da época.

O aparecimento precoce com relação à revolução demográfica, do retrato da criança morta no século XVI, é um momento muito importante na história dos sentimentos. Esse “motivo” precede a representação individualizada da criança a partir do século XVII, com o aparecimento de um grande número de retratos isolados. É a grande novidade do século XVII, a criança é um dos seus modelos preferidos <sup>4</sup>. Esse costume representa um sentimento que não desaparecerá mais, a fotografia vindo substituir a pintura, no século XIX.

O fim do século XVI começa também a representar a criança nua na arte profana e religiosa, fazendo renascer o Eros helenístico em Ticiano, Botticelli, na pintura francesa, etc. Mas, o gosto pela nudez da criança (com os “putti”) corresponde agora a algo mais profundo que a nudez antiga. Relaciona-se com o longo movimento de interesse pela infância. Essa nudez passará para os retratos no século XVII. No século XVII se esboça definitivamente a concentração da família em torno da criança, embora a sua descoberta se localize no século XVII.

O longo período de indiferenciação manifesta-se também no domínio dos costumes.

É o que indica a indiferenciação nos hábitos de vestir por exemplo. É apenas no século XVIII. que a criança nobre ou burguesa deixa de se vestir como os adul-

4 - Ariès mostra numerosos exemplos entre pintores famosos como Rubens, Van Dick, Frans Hals, Le Nin, Ph. de Champaigne que representam pequenos príncipes, filhos de grandes senhores ou de burgueses ricos.

tos da sua condição; a indiferenciação se mantém contudo por mais tempo para as meninas.

De qualquer maneira, parece que se desenvolvem juntos os hábitos de vestir diferentemente as crianças segundo as idades e os sexos e a preocupação de diferenciar rigorosamente o lugar que cada um ocupava segundo sua condição social, numa hierarquia complexa e indiscutida, “cada um devendo se vestir segundo sua idade ou seu nascimento”.

Duas tendências vão acompanhar a evolução dos trajes a partir do século XVII — a primeira é a acentuação no aspecto efeminado para meninos até 4, 5 anos, hábito que permanecerá até fins do século XIX. (Os meninos foram as primeiras crianças a se separarem e os primeiros a freqüentar em massa os colégios desde fins do século XVI). Outra tendência é a adoção pela criança de família burguesa, de características dos trajes populares ou de trabalho. A criança precederá a moda masculina e usará calças compridas já no século XVII. É apenas no século XVIII que se especializam os costumes regionais e em que se produz uma separação entre o aspecto físico dos ricos e dos pobres provocada por um distanciamento moral mais acentuado entre eles, separação essa que sucedeu a milenar “promiscuidade”. Os costumes regionais nascem ao mesmo tempo e, nos bairros populares, em fins do século XVIII aparece um traje particular que é a calça comprida, correspondente ao nosso atual avental ou uniforme de trabalho: o signo de uma condição ou de um função.

“Esse ‘uniforme’ foi logo adotado pelas crianças burguesas e nobres, assim como o macacão ou a calça comprida do trabalhador tornaram-se ‘os blue-Jeans’ que os nossos jovens vestem como um signo visível de sua adolescência”.

No que se refere aos jogos, Ariès coloca também que não havia separação rigorosa como atualmente, entre os jogos reservados às crianças e os reservados aos adultos. No começo do século XVII se reservam à primeira infância alguns jogos específicos. Aparecem na pintura, cenas de brinquedo com alguns objetos tais como: cavalos de pau, moinho de vento, pássaros e, mais raramente bonecas. Constituíam na verdade, imitação do mundo dos adultos. A discriminação moderna entre meninas e meninos nas primeiras idades não era tão clara e os brinquedos como as bonecas eram partilhados pelos dois sexos. Tanto nos trajes, como nos jogos, a infância se tornou como que o conservatório dos usos abandonados pelos adultos, sendo como que sobrevivências de objetos em desuso.

Mas, a partir dos 3,4 anos não há diferenciações, até o século XVIII, entre os jogos infantis e dos adultos; as festas populares obedeciam sempre a um “protocolo costumeiro e correspondiam às regras de um jogo coletivo que mobilizava o grupo social e todas as classes de idade conjuntamente”. A música ocupava lugar central nas reuniões familiares e a dança era coletiva opondo-se às nossas danças modernas de casais. A música e a dança, os jogos enfim, reuniam a coletividade e misturavam as idades, os atores e os espectadores.

Mas no curso dos séculos XVII e XVIII desenvolve-se uma atitude moral contraditória em relação a essa “promiscuidade” — ao mesmo tempo que era a própria vivência do quotidiano, desenvolveu-se uma atitude de condenação absoluta que se traduzia por uma obsessão de preservar sobretudo a moral infantil, de educar a criança, de classificar os jogos reconhecendo sua conveniên-

cia ou não. A intolerância que caracteriza as “elites reformadores” se exprime até na condenação das danças de caráter familiar, danças profissionais, de ofícios etc.

Nas sociedades do Antigo Regime todas as manifestações dos jogos tinham um significado enorme que perderam nas nossas sociedades tecnificadas. Os estatutos dos colégios e das Universidades cedo começam a restringir a prática dos jogos. Reprovava-se a imoralidade dos jogos de azar, a indecência dos jogos de sociedade, da comédia ou da dança, a brutalidade dos jogos físicos que degeneravam em disputas.

Mas com a influência dos jesuítas, dos pedagogos humanistas, desenvolve-se uma tendência contrária de valorização dos jogos, da ginástica e da preparação militar, passando-se das aglomerações populares, às sociedades de ginástica.

Essa evolução parece ter sido ditada pela preocupação com a moral, a saúde e o bem estar comum. Uma evolução paralela a essa, especializou segundo a idade e a condição, os jogos antes comuns a toda a sociedade.

Existe uma coincidência muito grande entre o momento em que se rompe a antiga comunidade dos jogos entre crianças e adultos e entre o povo e a burguesia (porque eles sobreviveram ao mesmo tempo, entre o povo e as crianças das classes superiores). Essa coincidência nos anuncia a relação entre o sentimento de infância e o sentimento de classe.

Na busca dos elementos que nos forneçam a idéia do desenvolvimento do sentimento de infância, Ariès acrescenta à análise sobre o comportamento moral frente à organização da vida quotidiana, uma análise sobre a evolução de um certo tipo de atitude com relação à sexualidade, que vai desde a ausência absoluta de reservas e preconceitos com relação à infância, aos preconceitos e restrições dos nossos dias.

Como preservar a infância dos perigos da promiscuidade? Evitando primeiro a mistura de pequenos e grandes no leito, prática intensamente desenvolvida até fins do século XVI. É a partir dos fins do século XVI que aparecem educadores protestantes ou católicos que vão se preocupar em impor definitivamente suas concepções e escrúpulos quanto à liberdade permitida às crianças. Produz-se uma grande mudança, paupável em toda literatura moral e pedagógica, nas práticas religiosas e numa nova iconografia religiosa — impõe-se uma noção essencial: *a inocência infantil*.

Forma-se uma concepção moral da infância que insiste sobre a sua fraqueza, que a associa à sua inocência, reflexo da pureza divina e que coloca a educação na primeira fila de obrigações. É a idéia do futuro homem “au-delà de l'enfant”, do bom magistrado, homem da igreja ou grande senhor que inspira esse cuidado ditado pela inocência. “É preciso acompanhar sempre a criança em todos os seus passos sem jamais abandoná-la”<sup>5</sup>

Desenvolve-se uma verdadeira doutrina (que acaba por determinar a fusão de instituições educacionais como colégios, pequenas escolas, casas particulares de ensino) com a evolução dos princípios escolares para uma disciplina mais estrita.

5 - COUSTEL, *Règles de l'éducation des enfants*, 1687, citado por Ariès.

“É preciso que a guarda contínua (das crianças) seja feita com doçura e uma certa confiança que lhes faça acreditar que as amamos e que estamos com elas apenas para acompanhá-las. Isto fará com que elas amem essa guarda em lugar de temê-la”<sup>6</sup>. É um princípio sobretudo desenvolvido pelos colégios. Ao lado dele temos o da disciplina (contra o hábito de se mimar as crianças), e a preocupação com a decência, (a começar pela eliminação do hábito enraizado das crianças, de dormir juntas num mesmo leito).

Essa preocupação pela decência se encontra também na escolha das leituras e na crítica aos espetáculos, comédias, bailes e danças. Apenas são permitidos os jogos educativos ou seja, aqueles integrados no processo educativo.

Uma outra restrição ainda: não deixar as crianças na companhia perniciosamente e permissiva de servidores.

Enfim, tratava-se de apagar a velha familiaridade e substituí-la por uma reserva de maneiras e de linguagem, mesmo na vida quotidiana.

Ariès localiza nesse processo, dois momentos no desenvolvimento do sentimento da infância: — o primeiro — “lê mignotage” que aparece no meio familiar, em companhia das crianças. O segundo, ao contrário provém de uma força exterior à família e que é constituída pelos moralistas dos séculos XVI e sobretudo do XVII, interessados na prescrição de comportamentos racionais e policia-dos. Eles se recusavam a ver a criança como um brinquedo divertido porque os encaravam como frágeis criaturas de Deus, que era preciso proteger e educar. Esses sentimentos contaminam a vida familiar e, no século XVIII se associam a um novo sentimento que é a preocupação com a higiene e a saúde físicas. O interesse pelo corpo tinha um intuito moral: afastar a moleza, a preguiça, a concupiscencia, enfim todos os vícios.

Esse processo que vai do século XV ao século XVIII é apontado, por Ariès, como o processo segundo o qual a escola, o colégio, se tornam no começo dos tempos modernos, um meio eficaz de segregar a criança durante um período considerado de formação moral e intelectual graças a uma disciplina mais autoritária que as separou da sociedade dos adultos. Parece então que o que se passou foi que, no processo de diferenciação nítida das idades e das funções a elas correspondentes, a criança “voltou para casa”, destacando-se da multidão em que se envolvia e que caracterizava a velha sociabilidade medieval. Nesse processo de “moralização”, a escola aparece como a grande segregadora da infância do mundo dos adultos.

No século XIII os colégios eram asilos para estudantes pobres fundados por donatários. A partir do século XV, tornam-se institutos de ensino onde uma numerosa população é submetida a uma rigorosa hierarquia autoritária. Essa população é constituída de um número crescente de laicos, nobres e burgueses e também de famílias mais populares. O colégio se torna aos poucos uma instituição essencial da Sociedade.

Embora se tivesse efetuado a separação da primeira infância, a confusão continuará contudo, para as idades posteriores, até os séculos XVII e XVIII.

A separação entre a segunda infância e adolescência se deve graças ao estabelecimento progressivo e tardio de uma relação entre idade e classe escolar.

6 - Jacqueline Pascal, *Règlement pour les enfants, Appendice aux Constitutions de Port. Royal*, 1721, citado por Ariès.



Os colégios passam a ser organizados em função das idades.

“Sem o Colégio a burguesia não dispensaria tanta atenção às diferenças de idade e partilharia da relativa indiferença das classes populares”.

A história da disciplina dos séculos XIV ao XVII conduz a duas observações importantes: desenvolve-se a espionagem mútua, a vigia constante e a delação que se erigiram em princípio de governo e instituição. Essa evolução não é particular à infância e nos séculos XV e XVI, a punição corporal se generaliza ao mesmo tempo que uma concepção autoritária, hierarquizada — *absolutista da sociedade, se desenvolvia*. Entretanto, subsiste uma diferença essencial entre a disciplina das crianças e a dos adultos — entre os adultos a aplicação da disciplina contribuía a distinguir as condições. Ao contrário, todas as crianças e os jovens qualquer que fosse sua condição estavam submetidos à mesma disciplina. A segunda observação é quanto à extensão do castigo físico do chicote a toda a população escolar e não apenas à primeira infância, depois do século XVI.

Essa extensão de um tratamento comum a toda infância e adolescência é importante porque, como que reduz a adolescência à infância sujeitando-a a uma disciplina idêntica, no interior do mundo escolar, movida por um sentimento geral de humilhação da infância que a rebaixa ao nível das classes sociais inferiores.

Esse procedimento sofrerá uma modificação no curso do século XVIII. É como se houvesse o afrouxamento da disciplina escolar correspondendo a uma nova orientação do sentimento de infância que não se associa mais à idéia de inferioridade e não reconhece mais a necessidade de sua humilhação. Trata-se sobretudo agora, de desenvolver na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade.

Ao mesmo tempo, desenvolve-se no curso do século XVIII a especialização social de dois tipos de ensino — um para o povo, outro para as condições burguesas e aristocráticas, fenômenos resultantes de uma tendência mais geral — a diferenciação do que estava misturado, “tendência que acompanha a revolução cartesiana das idéias claras e que conduz às sociedades igualitárias modernas onde as posições fixadas substituem a promiscuidade das velhas hierarquias”.

Entretanto, para as classes populares, a demanda por mão de obra infantil na indústria têxtil na primeira metade do século XIX manteve por mais tempo o caráter da sociedade medieval — a precocidade da passagem para a vida adulta.

## II. AS IMAGENS DA FAMÍLIA

Essa evolução que fundamentou o sentimento de infância e desenvolveu uma nova concepção de família representou também toda uma nova organização da vida quotidiana. A análise iconográfica empreendida por Ariès dá conta também, das expressões da vida quotidiana que representam visões do mundo que se desenvolveram paralelamente ao processo de descoberta da infância.

É interessante nesse processo, observar a frequência com que os ofícios, o trabalho, aparecem como atividade privilegiada da vida quotidiana, atravessan-

do mesmo toda a Idade Média. É como se não houvesse separação entre a vida privada e o trabalho e eles fossem uma e mesma coisa. Na iconografia das idades da vida, o trabalho aparece ao lado das estações do ano e expressam tanto as idades como as condições sociais nos 12 meses do ano. A partir do século XVI a mulher e a família aparecem e participam com o homem, no seu trabalho, mas não se tratam ainda propriamente de cenas de família onde apareçam as crianças.

A partir do século XIII aparece a rua como a sede dos negócios, da vida profissional, das conversas, dos espetáculos e dos jogos. Essa rua viva, não se opõe à intimidade da vida privada, mas é um prolongamento do quadro familiar dos trabalhos e das relações sociais.

A criança e a mulher começam sucessivamente a aparecer, a partir do século XVI nos calendários, juntamente com a sociedade de vizinhos. A iconografia dos meses vai aparecer então ao lado das idades da vida, representados por 3 ou 4 idades, em geral, uma criança, um adolescente e um homem adulto, ou um velho. Podemos dizer, com Ariès que no decorrer do século XVI a simbologia da duração da vida era dada pela hierarquia da família. Nesse momento a história de um casamento começa como a história de uma família e termina com o tema da morte prematura, a família aparecendo sempre entre os servidores, que fazem parte dela. A morte é quase sempre a morte do pai, depois de uma vida bem cumprida.

A vida privada começa a aparecer, assim, a partir do século XVI e se representa de duas maneiras: pela vida das tavernas, dos boêmios e vagabundos ou pela vida familiar.

Na base desse processo está o sentimento de linhagem e de conservação do patrimônio, que fundamenta a organização medieval e que se desenvolve por uma necessidade de proteção, como um refúgio pela dissolução do Estado e o estreitamento dos laços de sangue. Essa é a descrição sobretudo da família cavalleiresca porque os camponeses resolveram de outra maneira o vazio deixado pela dissolução do Estado: a tutela dos senhores substituiu a proteção dos poderes públicos e a comunidade camponesa fornece-lhes um quadro de organização e de defesa.

É no decorrer do século XIII que a situação se inverte outra vez, com o desenvolvimento de novas formas de economia monetária, a frequência das transações e ao mesmo tempo, o progresso de uma autoridade, a do príncipe e da segurança pública; as solidariedades de linhagem se afrouxam e há o abandono da indivisão patrimonial. A família conjugal se fortalece. Cresce a autoridade do pai e se firma o direito de primogenitura nas famílias nobres. A indivisão do patrimônio foi substituída pela salvaguarda do patrimônio e de sua integridade.

A partir do século XIV assiste-se à ascensão da família moderna: uma degradação lenta e progressiva da mulher no lar, o reforço do poder do marido e uma crescente sujeição da mulher e das crianças — a família se torna a base do poder monárquico.

O sentimento moderno de família ao contrário do sentimento medieval de linhagem, penetrou a devoção comum como um movimento laico de santi-

ficação ao lado da vocação religiosa — as maneiras novas de encarar o casamento, o batismo, as festas coletivas que se tornam familiares e tradicionais independentemente do seu caráter religioso.

A iconografia revela e associa em uma síntese, três forças afetivas: a devoção, o sentimento de infância (a primeira infância), o sentimento de família (a reunião à mesa). A oração conjunta se torna o modelo da prece em família; (antes não existiam cultos privados). No século XVIII o culto público (de católicos ou protestantes) encontrou neste hábito familiar, certas resistências na criação de sua clientela.

Esse processo de formação de um novo sentimento da família é o reflexo das suas novas relações internas com a criança — da criação fora de casa, praticamente, que caracterizou a infância medieval dos aprendizes (até a idade de 14, 18 anos) e servidores, onde o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, (forma geral de educação), — passa-se à fase da frequência à escola. A escola passa a ser mais e mais um instrumento normal de iniciação social, processo que se confunde com a preocupação de rigor moral e com a preocupação da guarda próxima dos pais. O isolamento escolar agora não tem o sentido que a separação do aprendiz da sua família. É como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola.

Os problemas morais da família aparecem agora sob novo prisma — cada membro individual adquiriu a sua própria expressão e o direito de primogenitura vai desaparecer no decorrer do século XVIII.

### III. FAMÍLIA E SOCIABILIDADE

O processo de “volta” das crianças ao lar deu-se graças à escola e nesse processo a família se redefiniu, organizando-se afetivamente em torno da criação dos filhos. Entretanto, de início, estamos ainda longe da família moderna e de sua forte vida interior. É que ainda subsiste quase integralmente a velha sociabilidade que lhe é incompatível.

Constitui-se, no século XVII, um equilíbrio entre as forças centrífugas — ou sociais — e centrípetas — ou familiares — que não deviam entretanto, sobreviver aos progressos da intimidade. É preciso analisar então, a sobrevivência dessa espessa sociabilidade e essa é uma das contribuições fundamentais do livro de Ariès, ou seja, a descoberta de que à centralização do poder não correspondeu imediatamente uma mudança nas formas de sociabilidade.

Parece que “à centralização monárquica sob Luis XIV, não correspondeu uma centralização social, permanecendo quase que intacta a sociedade de clientelas hierarquizadas do século XVII”. Presistia a indiferenciação numa rede de relações sociais, da vida profissional, da vida privada, e da vida mundana ou social. A sociedade dos “amigos”, no século XVII é uma relação social mais forte que as outras. Toda a literatura de vivacidade do século XVII insiste sobre a importância da conversação, do respeito às conveniências (a “*bienséance*”). Deve-se evitar os assuntos domésticos, ou muito pessoais.

É estranho que esse estado de espírito subsistisse num mundo em que o desenvolvimento da escola indicava o progresso de uma mentalidade bem diferente — é, na verdade a velha concepção da sociedade onde as comunicações eram asseguradas não pela escola, mas pela prática, pela aprendizagem. É uma ambi-güidade em que se colocam a sociabilidade tradicional e a escolarização moderna, de onde se desenvolve toda uma corrente de opinião hostil à escola. Daí a criação de casas e pensões privadas de educação, dos fins do século XVII até o decorrer do século XVIII.

As boas maneiras e as regras de conveniência e sociabilidade são fundamentais para os ideais de elevação social até o século XVII. Parece que é contraposição necessária à existência de posições sociais novas cuja justificação não se faz pelo nascimento. A partir da segunda metade do século XVII entretanto, o cortesão é substituído pelo “homem honesto” e a Corte, pelo mundo. Não é mais de bom tom procurar abertamente a fortuna, o prestígio. Um ideal novo aparece: a procura de uma justa posição, de uma “mediocridade distinta”. A “bienséance” é ainda necessária mas esvazia-se o seu conteúdo moral, ela deixa de ser uma *virtude*. Reserva-se mais e mais um lugar aos conselhos educativos e às recomendações que se endereçam às crianças.

Mas os próprios educadores reconhecem que o “comércio” do mundo continuaria essencial. As ruas, as praças, eram ainda o local de encontros de comunicação e esse hábito se conserva até nossos dias nos encontros de cafés, nas casas públicas, nos “pubs”.

A sociedade do século XVI e XVII desconhecia o café, a taverna não sendo freqüentada por pessoas de bem. Assim, os contactos se passavam nas ruas ou nas “grandes casas”, casas que abrigavam as famílias ricas e toda uma gama de servidores, de empregados, de amigos, de clérigos, de aprendizes, etc., até o século XVII. Ao lado delas existiam as casas muito pequenas que abrigavam o casal e alguns de seus filhos menores.

A “nossa” vida familiar ainda não era possível. Por menos que se fosse sensível à promiscuidade nessa fase, devia haver um “espaço mínimo a partir do qual se tornasse possível a vida familiar”<sup>7</sup>.

A “casa grande” desempenhava importante função pública — era o único lugar onde amigos, clientes, parentes, protegidos, podiam se encontrar com um fluxo constante de visitantes. Essas visitas não eram apenas sociais, eram também profissionais, mas os dois tipos de distinguiam mal um do outro.

As peças da casa não possuíam especialização de funções, comunicando-se umas com as outras. A única peça que desempenhava uma função precisa era a cozinha. A sala de jantar ou a mesa de comer, não existiam. Assim, também o mobiliário pesado não existia como móvel permanente. A transformação por exemplo, do leito desmontável em leito permanente marcou um grande progresso da intimidade, o quarto de dormir não se especializando ao mesmo tempo, mas se conservando ainda como um lugar público.

7 - Ver a respeito da formação de uma esfera privada, J. HABERMAS, La famiglia borghese e l'istituzionalizzazione di una sfera privata riferita al pubblico” - In *Dialettica della famiglia*, coletanea org. por: Massimo Canevacci, Savelli, Roma, 1976.

Podemos figurar as famílias que assim viviam e onde nascia já o sentimento moderno de família não como um refúgio contra a invasão do mundo, mas como um centro de uma sociedade, de uma vida social muito densa.

Em torno delas se estabeleciam círculos concêntricos de relações até a periferia — de parentes, de amigos, de clientes, de protegidos, de devedores, etc.

As crianças de família ainda cumpriam tarefas domésticas, como servir a mesa, a noção de serviço não havia adquirido um caráter degradante.

Mas, o equilíbrio entre a família e a sociedade não resistiu à evolução moral do progresso da intimidade, a organização da vida quotidiana se encarregando da tarefa de segregar a família.

Desde o século XVIII a família começa a tomar distância aos olhos da sociedade, a remeter-se a uma zona de vida privada cada vez mais extensa. A organização da casa, da casa moderna que matém a independência de cada cômodo, inaugura o “conforto” moderno, ao mesmo tempo em que se desenvolve a intimidade, uma das maiores transformações da vida quotidiana no seio da burguesia e aristocracia.

As antigas regras de boas maneiras, a “bienséance”, são substituídas pelo nome moderno de polidez e que obriga à discreção e ao respeito à intimidade dos outros.

O grupo de pais e filhos e a rede de relações entre eles, estranhos ao resto da sociedade é a família moderna do século XVIII, não mais aquela do século XVII aberta ao mundo e invadida de amigos, clientes e servidores.

Uma das marcas mais características dela é a preocupação pela igualdade entre as crianças, a desigualdade sendo uma injustiça intolerável já nos fins do século XVIII.

A família do século XVII celebra a volta das crianças à casa mas a família moderna se segrega do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário de pais e filhos.

A família deixando de ser uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, assume uma nova função moral e espiritual, expressa na extrema importância concedida à educação. Isso explica a nossa obsessão moderna pelos problemas físicos, psíquicos, morais e sexuais da infância.

A família e a escola juntos retiraram a criança da sociedade dos adultos, fechando a infância outrora livre, num regime disciplinário cada vez mais estrieto que nos séculos XVIII e XIX atinge a clausuração total do internato.

As classes populares por seu turno, permaneceram “ombro a ombro” até quase nossos dias, o sentimento de família se desenvolvendo paralelamente ao sentimento de classe. Os jogos e as escolas antes comuns a toda sociedade entram num sistema de classe e se especializam. Os signos rigorosos da autoridade e da hierarquia substituíam agora a familiaridade da vida comum.

Assim, a justaposição das desigualdades, antes natural, se torna intolerável — a busca da intimidade, as novas necessidades de conforto acentuaram a oposição de gêneros de vida material do povo e da burguesia.

“O sentimento de família, o sentimento de classe e pode ser também, o sentimento de raça aparecem como as manifestações da mesma intolerância à diversidade, de uma mesma obsessão de uniformidade”.